

ENTREVISTA ERMÍNIA MARICATO



Um perfil sob medida. Arquiteta, vice-coordenadora do curso de pós-graduação da FAU/USP, diretora do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, assessora da bancada do PT (desde 82), Ermínia Maricato, 41 anos, atual secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, defendeu emenda popular sobre política urbana junto à Assembléia Constituinte, além de participar de vários fóruns internacionais. Nesta entrevista a Sílvio Mieli (uma semana antes da posse) pediu aos que buscam um espaço (os sem-terra) tempo para estudar suas reivindicações. Aos empresários e à classe média, lembra que a equipe de governo do PT não está caindo de pára-quadras. Só que a experiência acumulada será colocada a serviço de uma inversão de prioridades.

AU *Habitação não é prioridade no "Plano dos Cem Dias" a ser posto em prática pela administração PT. Mas até pela polêmica criada durante a campanha eleitoral vai se exigir muito do governo municipal neste aspecto. Como a Secretária da Habitação vai responder às exigências imediatas?*

EM Nesse primeiro ano, o que a gente tem que fazer é tentar baixar um pouco a expectativa da população em função dos recursos. Mas na verdade nós temos duas linhas de ação. Uma se destina às áreas já ocupadas e carentes ou que apresentam baixo nível de conforto ambiental, tais como favelas, cortiços e loteamentos de periferia sem qualquer urbanização. Outra seria a produção de novas unidades pelo Sistema Financeiro da Habitação. A Cohab está construindo bastante, existem 70 mil obras licitadas. Nós temos algumas críticas em relação à qualidade das obras e dos projetos, mas só entrando na Cohab-SP poderemos ter uma idéia do que isso representa, saber da situação financeira, dos novos contratos e projetos à espera de financiamentos.

AU *Que alternativas práticas serão apresentadas à população com renda abaixo de 4 salários mínimos e com quais recursos serão viabilizadas?*

EM Parte desses programas nem precisa muito de recursos. É importante entender, no momento, que a política habitacional não deve ter necessariamente toda ela um cunho empresarial. Foi o rumo do BNH, expulsando a população de baixa renda, para a qual precisamos ter um programa de regularização fundiária, que implica a regularização de loteamentos clandestinos. É uma questão de agilizar os processos de aprovação e rever a legislação de parcelamento do solo. Existe também a proposta de concessão de direito real de uso para as favelas. A população está bem localizada e mudar significa desestruturar toda a renda familiar.

AU *Quais as principais características do processo de urbanização que a Secretária irá aplicar?*

EM Já há consenso no Brasil de que a idéia não é desfavelar. A não ser em caso de risco: enchente, desmoronamento ou quando o adensamento é exagerado. De alguma forma as favelas estão sendo administradas institucional-

mente. O que falta nesse programa de urbanização é resolver o problema de drenagem; escoamento de águas de chuva; urbanização de vielas, áreas de circulação e instalação de rede de água onde ainda não existe. E tentar desafogar um pouco as favelas muito congestionadas. Aí também entra uma negociação com os moradores para saber quem deseja sair ou ficar, e isso envolve uma proposta política.

AU *O PT planeja a revogação da lei de desfavelamento, enviada pelo ex-prefeito Jânio Quadros em fins de 86 e aprovada por decurso de prazo?*

EM Sem dúvida nenhuma. Isso está decidido. Até mesmo porque ela se chama "desfavelamento" e foi criada para isso. Porém nós queremos manter a possibilidade das "operações interligadas" (sistema de permuta pelo qual a iniciativa privada obtém licença de construir em regiões valorizadas edifícios mais altos do que permite a Lei de Zoneamento em contrapartida financia a construção de casas populares). Vamos pedir a revogação da lei, quando tivermos uma proposta substitutiva. Como os recursos para urbanização de favelas para essa população de baixa renda estão vindo das operações, entendemos que o poder público tem esse direito de cobrar quase o "solo criado". Só que vamos ser muito criteriosos nessas operações, também para não sobrecarregar certas áreas já comprometidas pelo adensamento.

AU *E os cortiços?*

EM Nós ainda não temos uma proposta muito desenvolvida. Seus moradores formam uma população difícil de se organizar, ao contrário dos sem-terra e favelados. Mas nós entendemos aqui também que, como aconteceu em Havana, as pessoas não vão querer sair de onde estão, do ponto de vista da localização. Mas existe um exagero no que se refere ao preço dos aluguéis, na exploração das contas de água e luz e a segunda preocupação está nas condições de conforto ambiental: aeração, salubridade, higiene. A prefeitura pode dar algum apoio jurídico para essa população porque temos casos de atravessadores que são donos de sete cortiços.

AU *Neste caso, o que mais pode ser feito?*

EM Existe um órgão na Secretari-

responsável pela utilização dos imóveis e que estava cuidando mais da prevenção contra incêndio — é o *Contru*, Departamento de Controle do Uso de Imóveis. Nós precisamos discutir lá uma proposta muito realista em relação a isso. O nosso Código de Obras não é realista. Nós não queremos um código que normalize as condições de miséria. E também lembrando que a moradia é um bem de apropriação privada. Só que é o mais caro e depende muito da distribuição de renda e de como se produz moradia no mercado. Por que em Cuba a população não quis ir para os conjuntos habitacionais? Henri Lefebvre trata isso bem. O que é a festa da cidade? O que é a festa de você estar num bairro urbanizado, perto do metrô, do comércio, praças? Até mesmo do ponto de vista cultural e de lazer você tem muitas coisas. Essa questão da localização não envolve só um preço mas ela também coloca uma outra condição de cidadania, de fruição da cidade.

AU *Existe alguma estratégia para os problemas habitacionais da classe média?*

EM Para a classe média nós temos várias preocupações, mesmo porque se ela estiver sem opções, disputa localização com o pessoal de baixa renda. É o que tem acontecido. A Cohab-SP está construindo alguma coisa para a classe média mas é muito pouco. Acima de tudo a classe média tem que se organizar para arrumar canais em termos de cooperativas e financiamentos, porque não é tão difícil. O fato é que hoje todo o problema habitacional está atrelado à crise econômica do país. Os recursos da Caixa Econômica Federal e mesmo da caderneta de poupança não têm sido canalizados para a produção imobiliária. Então eu acho que a classe média tem que cerrar fileiras com o movimento popular, com o PT, com a prefeitura, a população de toda São Paulo, para exigir que o Fundo de Garantia cumpra a função para a qual foi criado. Isso aliviará muito a situação da classe média. Existem outras reivindicações que dizem respeito mais ao Plano Diretor e às Leis de Zoneamento. Quando a classe média se organiza e reivindica a manutenção de um bom padrão de alguns bairros que vem em benefício da cidade (no caso dos Jardins que se constituem num pulmão verde de toda a cidade) eu acho que é fundamental respeitá-la e abrir espaço para esta participação.

AU *E como será o relacionamento com os empresários e entidades empresariais ligadas à habitação, que até apresentavam sugestões de como a Secretaria deveria se organizar?*

EM Acredito que não existe nenhum problema nesse relacionamento. Os empresários entenderam que houve uma mudança. O quadro é outro. As relações com o poder público vão mudar. O que a gente vê é que às vezes um órgão da prefeitura funciona quase como um apêndice de algumas empresas. Isso não pode ocorrer. É preciso recuperar a autonomia do poder público diante do capital privado. Os empresários perceberam também que estão lidando com gente competente, que entende do assunto. Os canais estão abertos. Precisamos é ter um tempo, ainda que curto, para entrar em contato com a situação da Cohab e com as experiências recentes no bairro de Heliópolis (utilizando alguns sistemas construtivos para habitação popular que estão passando pela avaliação do IPT). Na minha opinião o empresariado precisa entender que a prioridade é atender à população de baixa renda, para a qual eles não têm propostas por enquanto. Mas parece que estão começando a querer se preocupar.

AU *Existe alguma possibilidade de um novo Plano Diretor canalizar diretrizes prioritárias da Secretaria?*

EM A Lei Orgânica do Município vai ser elaborada a partir de outubro deste ano. Depois disso será elaborado o novo Plano Diretor, que vai fixar uma política de terras e o que é passível de apropriação por interesse social. Nós queremos fazer um bom plano para a cidade de São Paulo. Os movimentos populares vão participar desse PD, é bom que todos os proprietários de terra saibam disso. A briga vai ser na Câmara Municipal. Os proprietários têm todo o direito de se organizar, assim como os usuários da cidade. Nós vamos ver qual é a lei que vai resultar desse processo de participação.

AU *Até que ponto existem condições para aplicação imediata das novas experiências de profissionais que estão desenvolvendo "know-how" através de usinas de produção de componentes de moradia?*

EM Existem várias propostas em

curso nesse sentido. O movimento popular lutou esses anos todos tendo a prefeitura como adversário, tendo tudo contra, mas se chegou a algumas propostas. Nós não estamos caindo de pára-quadras. Existe uma história, todo um desenvolvimento de idéias que foi construído. É muito importante a continuidade desse movimento. A prefeitura vai ajudar o desenvolvimento dessas idéias. São idéias que contêm a questão da autogestão que para nós é fundamental, porque ao mesmo tempo em que barateia a construção, melhora a qualidade e politiza. Não há escapatória: nós temos que abrir linhas para a população com renda inferior a quatro salários. Também temos certeza de que existe uma demanda reprimida mais fortemente desde 1980, mas de qualquer forma desde 1960, que nós não vamos resolver a curto prazo. É isso, quando houver alguma ocupação de terra, vou saber colocar.

